



Exercício 1. Analise a redação das seguintes cláusulas penais e as classifique segundo a hipótese de inadimplemento, a função predominante e a possibilidade de cumulação com a prestação devida:

a) x.1. A violação de quaisquer disposições deste CONTRATO sujeitará a PARTE infratora a uma multa equivalente a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), incidente sobre cada obrigação descumprida e a ser atualizada pelo índice IGP-M/FGV ou aquele que o substituir desde a data de celebração do CONTRATO, com vencimento em 30 (trinta) dias após o recebimento de notificação escrita comunicando e comprovando a ocorrência da infração, a ser enviada pela PARTE prejudicada.

x.2. A sujeição às multas estabelecidas não obsta a execução específica da obrigação inadimplida e a cobrança integral dos danos sofridos pela parte prejudicada, servindo estritamente como sanção pelo inadimplemento.

b) Descumprida a obrigação de confidencialidade por qualquer uma das PARTES, será devida indenização no importe de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), fixada para ressarcir todos os prejuízos sofridos pela PARTE prejudicada.

c) Na hipótese de atraso da entrega das mercadorias excedente a 15 (quinze) dias úteis, considerada a data prevista de entrega informada pela CONTRATADA no momento da confirmação do pedido, será devido à CONTRATANTE o pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a qual servirá como mínimo da indenização pelos prejuízos decorrentes do tempo de indisponibilidade das mercadorias.

d) Em caso de atraso no pagamento da mensalidade, o CONTRATANTE deverá pagar a quantia devida acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e aplicação de multa de 2% (dois por cento), além da correção monetária do período, estando a CONTRATADA autorizada, desde já, a proceder ao protesto do título executivo.

Exercício 2. HARD ENGENHARIA S/A, grande empresa atuante, sobretudo, no segmento de engenharia e construções, pretende realizar festa comemorativa dos 50 anos de fundação da companhia, na qual serão convidados seus colaboradores, clientes, fornecedores, autoridades e outras personalidades.

Por se tratar de evento de grande proporção, vários fornecedores dos mais variados serviços foram contratados para atuar na festa.

Dentre estes, foi contratada a confeitaria Maria das Graças, a qual, embora realize suas atividades mediante firma individual e contando com apenas alguns poucos ajudantes, é famosa na região pela qualidade de seus produtos.

No contrato celebrado entre a HARD ENGENHARIA S/A e Maria das Graças, compra e venda de 10.000 (dez mil) docinhos mediante preço contratual ajustado de R\$ 50.000,00



(cinquenta mil reais), é utilizada com poucas adaptações a minuta de contratos adotada por aquela empresa para as suas contratações. Os docinhos são caracterizados com as cores e símbolos da empresa contratante, sem que haja qualquer identificação de que foram produzidos por Maria das Graças.

São mantidas no contrato várias cláusulas previstas na minuta adotada pela HARD ENGENHARIA S/A para avenças em geral, dentre as quais as relativas à obrigação de confidencialidade acerca de todos os aspectos do contrato pelo período de 3 (três) anos após a sua conclusão e às penalidades em caso de descumprimento de quaisquer obrigações, cujo valor mínimo ajustado é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

O evento – o qual foi aberto para profissionais de imprensa e fartamente publicizado nas redes sociais dos convidados – é um sucesso, e os docinhos da festa são muito elogiados.

Como é praxe em todos os casos em que é contratada, Maria das Graças posta em suas redes sociais uma foto do evento da HARD ENGENHARIA S/A comentando o sucesso dos docinhos e agradecendo a confiança depositada em seus serviços.

Deparando-se com tal publicação nas redes sociais, o colaborador da HARD ENGENHARIA S/A responsável pela gestão do contrato aciona o setor jurídico da empresa, o qual notifica Maria das Graças de que esta teria incorrido em violação do dever de confidencialidade e estaria obrigada, portanto, ao pagamento da multa ajustada no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Maria das Graças, irredimida com a cobrança, a qual entende ser absurda, busca o seu aconselhamento jurídico para compreender se é devido o pagamento de alguma penalidade de sua parte e, caso afirmativo, se existiriam fundamentos jurídicos para limitar e/ou reduzir o valor da multa.

Exercício 3. Considerando a redação do Código Civil de 1916 e do Código Civil de 2002, transcritas a seguir, aponte três diferenças entre os dois dispositivos e analise a relevância delas para a redução da penalidade:

Código Civil de 1916, art. 924

Quando se cumprir em parte a obrigação, poderá o juiz reduzir proporcionalmente a pena estipulada para o caso de mora, ou de inadimplemento.

Código Civil de 2002, art. 413

A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.